

A TERRITORIALIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS QUE LUTAM POR TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA

EDVALDO CARLOS DE LIMA*

Resumo: Para apreendermos a mobilização da classe trabalhadora no campo, no âmbito da luta e resistência na terra no Brasil, é preciso refletir, entre outros, sobre dois fenômenos: o latifúndio e os movimentos sociais rurais, sendo o primeiro a base propulsora do segundo. Especificamente neste texto, apontamos um diagnóstico das dissensões (discrepâncias) e dissidências (separações por divergências políticas) dos Movimentos Sociais que Lutam pela Terra e pela Reforma Agrária (MSLTRA) na região do Pontal do Paranapanema, com especial atenção aos seus desdobramentos territoriais.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Reforma agrária; Dissidências.

* Mestrando em Geografia. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho, CEGeT/UNESP- Presidente Prudente.

Introdução

(...) o latifúndio se incrusta no poder de maneira perene na nossa história. É impressionante como os representantes do setor ruralista simplesmente são uníssomos em afirmar que não sabem porque a reforma agrária não foi feita no Brasil, embora tenham se articulado durante anos para efetivamente barrá-la...Falam como se não tivessem feito nada contra ela; só defenderam o sagrado direito da propriedade. (D. Pedro Casaldáliga)

A classe trabalhadora do campo, no Brasil e fora das suas fronteiras também¹, continua organizando-se na luta pela distribuição de terra com fins de uso social. De diferentes formas e por meio de distintas lutas, os trabalhadores inseridos no campo têm construído parte da história do Brasil. Porém, essas lutas que deveriam ter sido superadas ao longo de mais de 500 anos, continuam vivas e com uma potencialidade única: pela primeira vez na história, os trabalhadores sem-terra são interlocutores diretos do poder institucionalizado². Portanto, nem a organização dos trabalhadores no campo, nem a Reforma agrária são, como alguns se empenham em afirmar e fazer crer, coisas do passado.

Com isso, destacamos que a contradição, sustentáculo da trama social do conflito territorial que envolve os trabalhadores, o Estado e a elite latifundiária, se reforça, dado

que a atuação dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma agrária (MSLTRA)³ se multiplica. A pressão no campo aumenta especialmente a partir de 1995, com o surgimento de um grande número de novos grupos, além do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e os seringueiros. Segundo OLIVEIRA (2003) isso é uma mostra inequívoca da existência de uma mobilização social no campo maior que o MST, algo que precisa ser compreendido pelos diversos atores e instituições sociais, desde os intelectuais, governantes e elites, até a própria mídia:

Os Movimentos Sociais de luta pela terra no Brasil são o que há de mais moderno que temos no país. Eles trazem para o cenário nacional uma nova forma de se fazer e agir politicamente, ou seja, eles trazem para o cenário da democracia brasileira exatamente a possibilidade da democracia de massa, do exercício da democracia direta. Só não vê isso quem, de forma preconceituosa, não quer compreender estes movimentos ou a bandeira de luta pela Reforma agrária (Oliveira apud, Lerrer, p. 52).

Ainda é o MST, no entanto, quem reúne o maior número de famílias acampadas e assentadas no âmbito de seu projeto político, o qual, apesar de ser um interlocutor do Governo “Lula”, desafia o Estado por meio da sua ferramenta de luta política mais eficaz: a ocupação.

¹ Mostra disso é a Via Campesina, movimento internacional que coordena organizações de trabalhadores no campo, mulheres, comunidades indígenas, da África, Ásia, América e Europa.

² Referimo-nos ao reconhecimento do MST como interlocutor de primeiro escalão das instâncias do governo e do próprio Presidente da República, gesto iniciado pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso quando aceitou, pela primeira vez, uma audiência junto com os líderes do Movimento, no encerramento do 3º Congresso do MST, aos 27 de julho de 1995, fato que consagrou o MST no cenário político nacional.

³ Adotamos o termo Movimento Social de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária – MSLTRA - para referirmo-nos a todos os movimentos, sejam isolados ou territorializados, que mobilizam a classe trabalhadora no campo, visando à implementação de uma Reforma agrária estrutural, entendendo movimento territorializado como movimento “que atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada por causa de sua organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização”. (FERNANDES, 2001,64)



Contudo, o que une a classe trabalhadora nesses movimentos é a concepção de uma organização social que parte das suas necessidades e carências materiais e da falta de opção no campo e na cidade. As conseqüências do desemprego estrutural e a inclusão precária pelas quais muitos trabalhadores são levados à exclusão social e à segregação espacial na periferia dos centros urbanos, são outros condicionantes que mobilizam e ampliam as fileiras dos movimentos sociais no campo dia após dia.

Assim, a causa primeira da mobilização dos trabalhadores não poderia ser outra: as leis estruturais de ordenamento do modo de produção de mercadorias e de idéias, o capitalismo, que determina a expropriação, exploração e subordinação do trabalho. A mesma lógica contraditória opera sobre os

territórios, reproduzindo miséria a partir da produção de riqueza.

Diante dessa lógica, é necessário entendermos as contradições desse modelo econômico, superando a idéia do capitalismo como “condição natural da humanidade, que se harmoniza com as leis da natureza e as inclinações humanas fundamentais” (WOOD, 2001, p.11), sendo que qualquer desvio “dessas leis” e de tais “inclinações” só pode ser nefasto.

Por outro lado, os Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma agrária (MSLTRA) são resultado de um conjunto de decorrências processadas historicamente, sendo que alguns, como o MST, desarticulam toda a estrutura social e espacial construída no território do latifúndio. Isso significa que longe de ser nefasto, o suposto “desvio” das leis naturais do sistema é no caso, o fator de esperança.

Atrelado a isso, o Estado por meio das suas instâncias de representação, nunca indicou, ao longo da história das reivindicações dos MSLTRA no Brasil, alternativa que viabilizasse uma política efetiva de Reforma agrária. Para Oliveira (1996), fica claro que “(...) a posição do Estado tem sido a desarticulação dos movimentos. Quer pela ação repressiva, quer pela sumária ignorância dos acontecimentos, o Estado tem atuado de modo a tentar conter seus avanços” (p.54).

Com tais pressupostos, iniciamos, neste texto, a reflexão sobre a mobilização social no campo, atendendo à necessidade e demanda explícita, emergencial e também potencial, dos trabalhadores rurais, a fim de construir espaços de luta com suas identidades próprias. Nesse sentido, entendemos que os MSLTRA simbolizam espaços políticos que objetivam transformar as formas de ordenação territorial da sociedade pautadas na lógica excludente do capital na produção do espaço. Os MSLTRA são os agentes sociais que, na atualidade,

inserem as suas pegadas no território de poder do latifúndio, modificando a sua dinâmica territorial e construindo novas territorialidades: as ocupações, os acampamentos e os assentamentos rurais que têm como origem as suas lutas. Essa geografia nos mostra como os ativistas da luta pela terra se expressam contra as formas espaciais da sociedade do capital e, destacadamente, contra o destino de exclusão e miséria dos “desenraizados do mundo rural”, como observa MARTINS (2000):

(...) o capitalismo globalizado trouxe enormes benefícios para as elites, a classe média e a elite da classe trabalhadora. Mas abandonou na beira da estrada do progresso multidões de deserdados e sem destino, mergulhados em formas perversas de sobrevivência. São os indevidamente chamados de excluídos, porque inclusos foram nas funções residuais e subalternas da cloaca de um sistema econômico que não parece ter como funcionar e sobreviver sem iniquidades e injustiças. (p.16).

Nossa análise aponta, especificamente, para os trabalhadores rurais, que se organizam sob um projeto de superação do latifúndio visando à Reforma agrária estrutural no Pontal do Paranapanema. Isso implica identificar, para submeter à análise, os diferentes grupos sociais organizados e que conformam a heterogênea mobilização social na região.

Em continuação, o mapa de divisão municipal do Pontal do Paranapanema (Figura 1) nos mostra a espacialização⁴ e

⁴ Por espacialização, entendemos “a participação de trabalhadores que já viveram a experiência da ocupação em diversos lugares e regiões e, como militantes, espacializam essas experiências, trabalhando com a

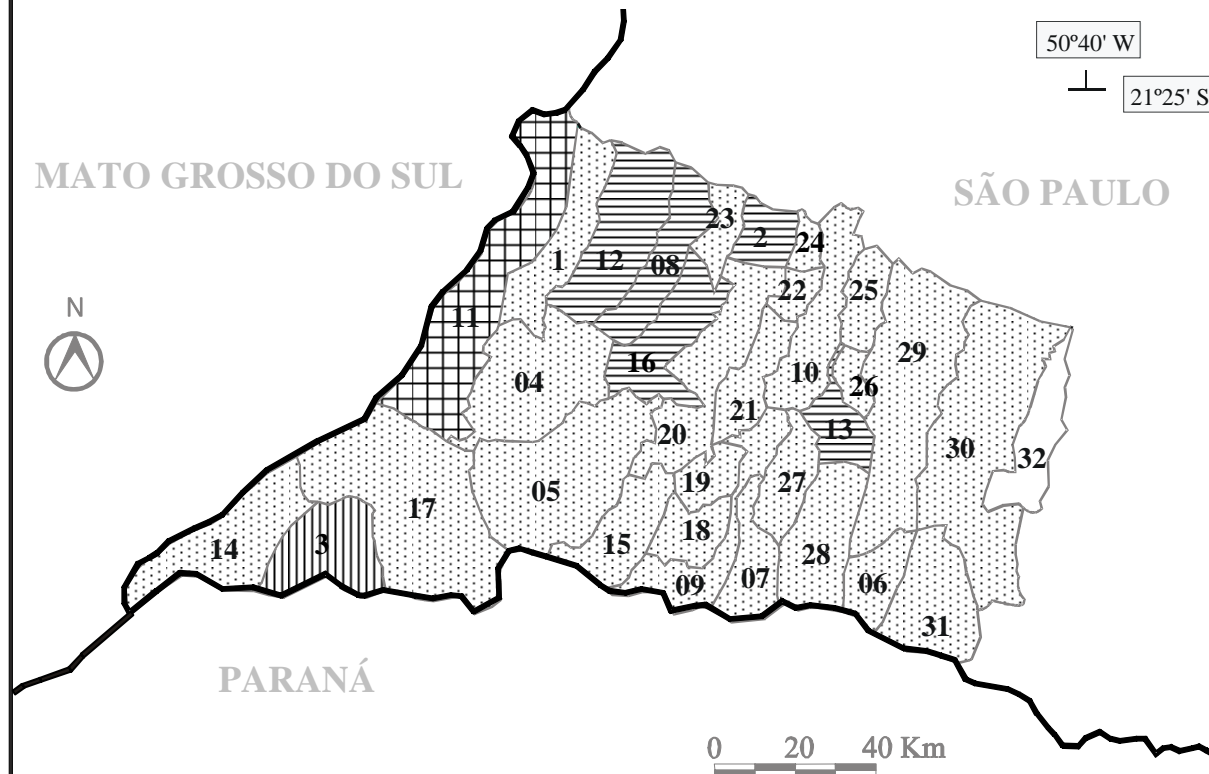
territorialização dos MSLTRA. Nele, observamos que, dos 32 municípios que formam o Pontal do Paranapanema, apenas no município de João Ramalho não há a presença de MSLTRA’s. Ao falar de “presença”, referimo-nos à atuação dos movimentos em forma de ocupações, acampamentos e assentamentos.

Dos 31 municípios restantes, 24 têm a presença

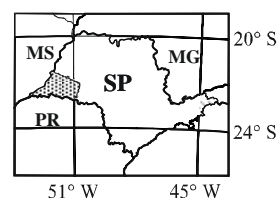
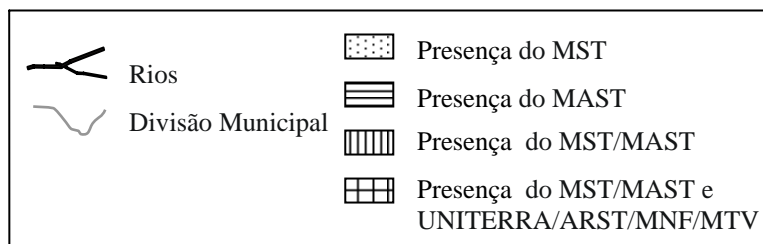
do MST, em forma de assentamentos e acampamentos, sendo que os assentamentos do MST estão distribuídos em 13 municípios e os acampamentos, em 11 municípios. O MAST aparece isoladamente em 5 municípios, em forma de acampamento; juntamente com o MST, está em apenas 1 município (Euclides da Cunha Paulista). No município de Presidente Epitácio, encontramos acampamentos de seis movimentos. São eles: MAST, MST, UNITERRA, ARST, MNF e MTV (esses dados foram levantados e registrados durante o período de pesquisa 2003-2004). O que faz com que a região seja destaque em nível nacional pela atuação desse movimento, tanto pelo número de famílias envolvidas nos conflitos por terra, ocupações e acampamentos, quanto por número de famílias assentadas.

organização de novas ocupações, territorializando a luta e o movimento na conquista de novas frações do território – o assentamento -, a terra de trabalho”, (FERNANDES, 2001, p. 69). O mesmo autor esclarece esse conceito, afirmando que espacializar “É conquistar novos espaços, novos lugares, novas experiências, desenvolver novas formas de luta, e conseqüentemente, novas conquistas, transformando a realidade, lutando pelo futuro. Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É “escrever” no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e recuperações de terras. (FERNANDES, 1996, p.136).

FIGURA 1 - MAPA DE PRESENÇA DE MOVIMENTOS DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA (2003 - 2004)



LEGENDA



MUNICÍPIOS

1 - Caiuá	9 - Pirapozinho	17 - Teodoro Sampaio	25 - Caiabu
2 - Emilianópolis	10 - Presidente Prudente	18 - Estrela do Norte	26 - Indiana
3 - Euclides da Cunha	11 - Presidente Epitácio	19 - Tarabai	27 - Anhumas
4 - Marabá Paulista	12 - Presidente Venceslau	20 - Presidente Bernardes	28 - Taciba
5 - Mirante do Paranapanema	13 - Regente Feijó	21 - Álvares Machado	29 - Martinópolis
6 - Nantes	14 - Rosana	22 - Alfredo Marcondes	30 - Rancharia
7 - Narandiba	15 - Sandovalina	23 - Ribeirão dos Índios	31 - Iepê
8 - Piquerobi	16 - Santo Anastácio	24 - Santo Expedito	32 - João Ramalho

Fonte: CPT, 2003 e Trabalho de Campo, 2003-2004

Organização: Edvaldo Carlos de Lima

Base Cartográfica: Leal, 2003

Na Figura 1, observou-se também a presença de outros MSLTRA's na região. O Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST) atua em 7 municípios, sendo que em 5 foram registrados acampamentos exclusivamente deste movimento. O conflito por terra no município de Euclides da Cunha Paulista é liderado pelo MAST e MST, com um total de 350 famílias acampadas em ambos; ou seja, existem dois acampamentos: o Mário Covas e Roseli Alves. Em Presidente Epitácio, além desses dois movimentos, encontramos também a UNITERRA (União dos Trabalhadores Sem Terra), o MTV (Movimento Terra Viva), a ARST (Associação Renovada Sem Terra), o MNF (Movimento Nova Força) e o MTRSTB (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil). É o MST, porém, que, em um só acampamento, reúne 4010 famílias de trabalhadores (Figuras 2 e 3).

Pelas Figuras 2 e 3 podemos observar que em mais da metade dos municípios do Pontal se registram conflitos pela terra, que visam à regulamentação de áreas. Segundo Sérgio Nogueira Barhum⁵, procurador do Estado e pesquisador das ações discriminatórias⁶ das terras devolutas⁷ na região, há um total de 50 ações discriminatórias em andamento, o que corresponde a 350 mil hectares de terras disponíveis para a Reforma agrária. Não obstante, há, na região, um milhão de hectares de terras devolutas e improdutivas⁸. Ou seja, são terras que, não sendo próprias nem aplicadas ao uso público, não se incorporaram ao domínio privado de forma legal, tendo em vista também que tais terras não atendem aos

requisitos propostos na Constituição para terras produtivas.

Ademais, se levarmos em conta que, no último censo sobre desenvolvimento realizado pelo IBGE, a região ostenta os índices de pobreza mais elevados de todo o Estado de São Paulo, só superados pelo Vale do Ribeira, a luta pela Reforma agrária e pela resistência dos MSLTRA se faz inquestionável.

Nesse cenário, cabe destacar o MST como pioneiro em levantar a bandeira de luta e resistência. O Movimento surge da força política da classe trabalhadora em oposição

e resistência à inserção de políticas agrícolas dos governos militares. Os trabalhadores se organizam sob essas siglas e mais uma vez lutam contra o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Para OLIVEIRA (2003), o MST representa a última das formas do movimento camponês:

(...) eu falo em última forma porque, na realidade, o movimento camponês vem sendo construído ao longo da história do Brasil. Ele viveu no fim da década de 50 e no começo da década de 60, com as Ligas Camponesas, o primeiro momento da sua emergência de caráter nacional. Há um movimento camponês na sociedade brasileira que está disposto a lutar e as elites não podem continuar desconhecendo a sua existência. Essa qualidade política que o movimento adquiriu, de 1979 até hoje, vai dar a ele a possibilidade de ser compreendido politicamente, começando a fazer parte desta jovem democracia, para que este país possa construir uma prática política que ainda não tem registro na história do capitalismo mundial. (Oliveira apud Lerrer, p.242).

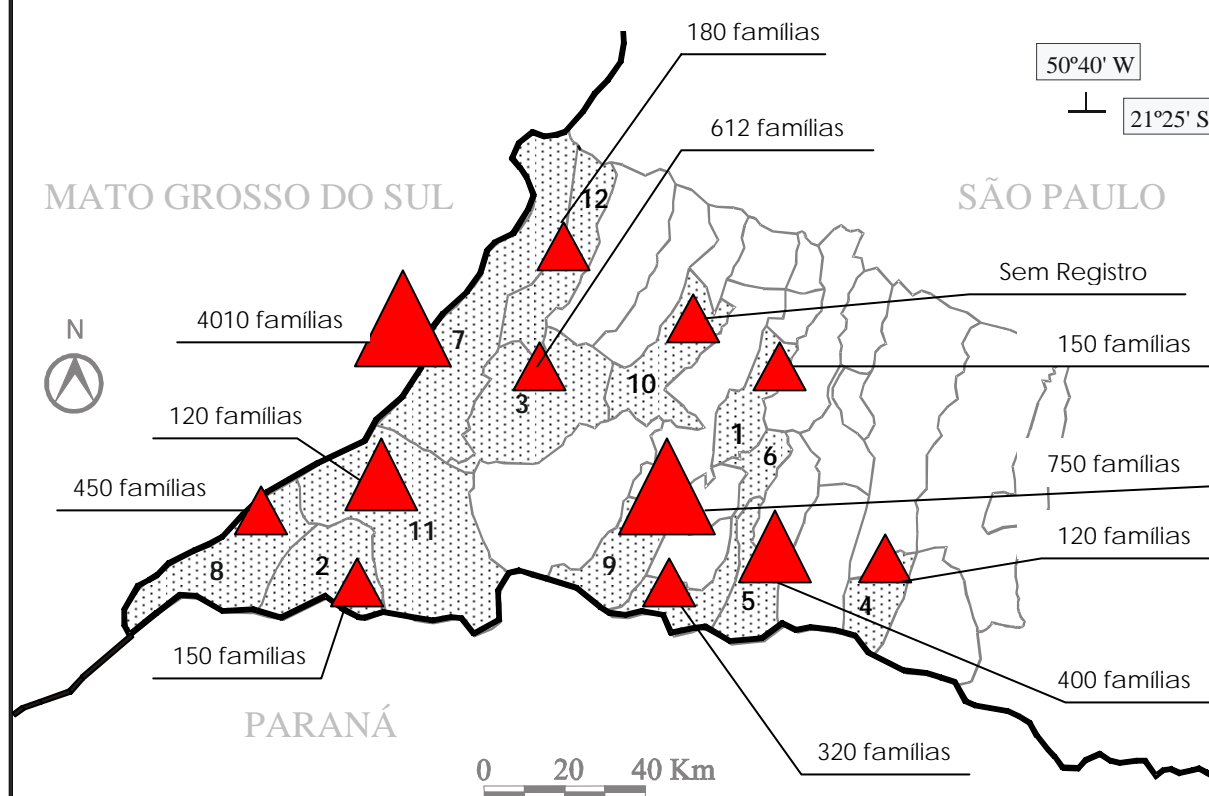
⁵ Cf. O IMPARCIAL, 18/06/2004.

⁶ O termo jurídico "ação discriminatória" refere-se a uma ação que tem, por finalidade, tornar possível o conhecimento das propriedades públicas, de particulares e de terras devolutas que compõem o conjunto de elementos constitutivos do problema fundiário em questão.

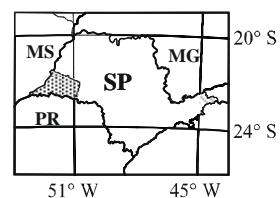
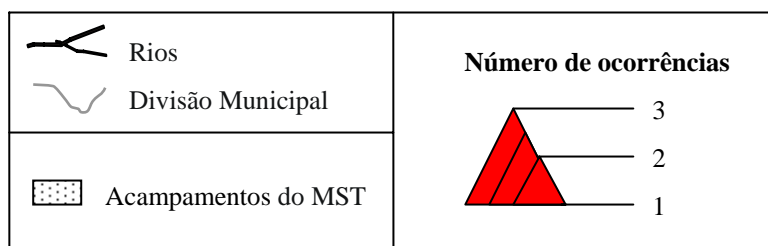
⁷ Por terras devolutas consideramos aquelas que, não sendo próprias nem aplicadas ao uso público, não se incorporaram ao domínio privado.

⁸ Informações disponíveis em: www.mst.org.br. Acesso em 28 jun. 2004.

FIGURA 2 - MAPA DE ACAMPAMENTOS DO MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA - 2003 - 2004



LEGENDA



MUNICÍPIOS

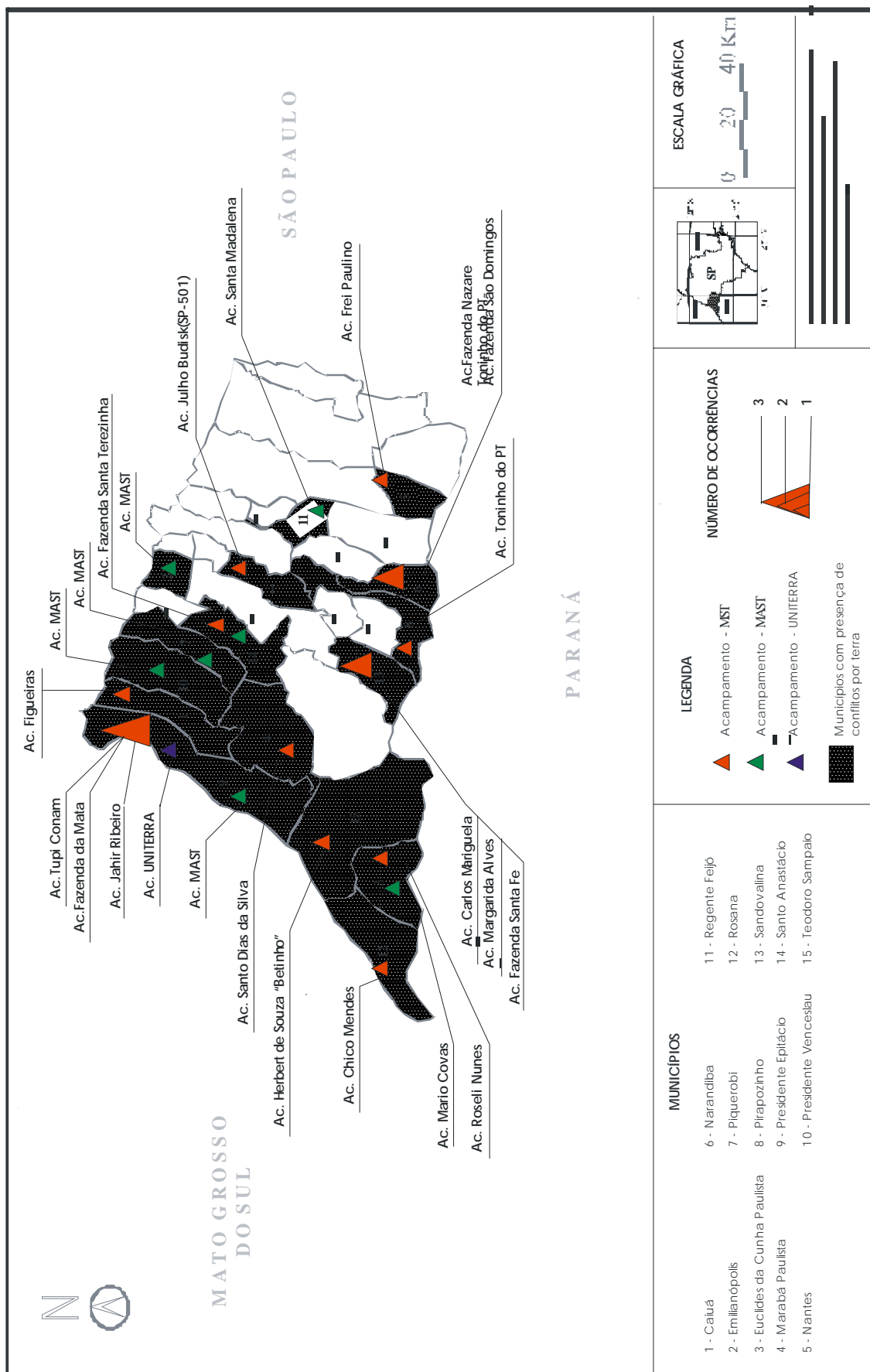
1 - Álvares Machado	5 - Narandiba	9 - Sandovalina
2 - Euclides da Cunha	6 - Pirapozinho	10 - Santo Anastácio
3 - Marabá Paulista	7 - Presidente Epitácio	11 - Teodoro Sampaio
4 - Nantes	8 - Rosana	12 - Caiuá

Fonte: Relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2003 e Trabalho de Campo, 2003-2004

Organização: Edvaldo Carlos de Lima

Base Cartográfica: Gleison Moreira Leal, 2003

FIGURA 6 - MAPA DE ACAMPAMENTOS NO PONTAL DO PARANAPANEMA (2003 - 2004)



As insurgências que vêm aqui à tona são as que aconteceram no final da década de 1970 e início de 1980 no país, e especialmente as que surgiram no Pontal do Paranapanema na década de 1990. Esse período de elevação da classe trabalhadora já era uma resposta ao período de 1965 a 1985, o qual marcou a agricultura brasileira em relação às transformações na história ao longo do período dos governos militares. Isso implica que o regime militar, com sua política de desenvolvimento agropecuário, tinha, como intuito, a aceleração do desenvolvimento do capitalismo no campo, nos termos de Fernandes (1996):

(...) incentivando a reprodução da propriedade capitalista, durante os governos militares pós-64, foram criadas as condições necessárias para o desenvolvimento de uma política agrária, privilegiando as grandes empresas, mediante incentivos

financeiros, que passaram a se ocupar da agropecuária.

Para entendermos a origem dessa política é preciso considerar que o golpe militar de 1964 teve,

entre outros objetivos, a finalidade de isolar parcialmente, de um lado, o poder dos coronéis latifundistas e, de outro, impedir totalmente o crescimento das lutas dos trabalhadores rurais, que vinham construindo suas formas de organização, sobretudo a partir de meados da década de 50 (p. 32).

Nessa observação, o autor analisa sistematicamente a trama social que envolve as classes na luta pela conquista da terra, que é apenas um dos elementos da questão agrária no Brasil. Com tais afirmações fica claro, desde então, o Estado já se manifestava com preferências para a classe de maior poder deste cenário, os coronéis latifundiários, que, em sua

totalidade, têm maior condições de se manter no poder, vinculando-se ao Estado pelo poder de domínio de seu capital de uso: a terra.

Como resposta a essa forma de organização do espaço, os MSLTRA se apresentam oponentemente a esse domínio territorial, agregando força política junto aos trabalhadores desempregados do campo e da cidade, tendo como principal instrumento de luta a ocupação dos territórios privados, ou seja, os latifúndios, caso do MST.

O MST: especificidades como MSLTRA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento de reivindicação de direitos, assim como os demais que compõem o MSLTRA no Brasil. O

MST é um movimento de reivindicação radical no sentido de “se faz” ou “se faz” a Reforma agrária, todavia, amparado pela Constituição⁹. Não se trata aqui, como demagogicamente

se fala para subestimar ou desacreditar a luta, de uma revolução¹⁰ no campo, e sim de uma luta democrática pela conquista dos direitos constitucionais que todo e qualquer cidadão

*o regime militar, com sua
política de desenvolvimento
agropecuário, tinha, como
intuito, a aceleração do
desenvolvimento do capitalismo
no campo*

⁹ Título VII, Capítulo III, Artigos 184, 185 e 186. Constituição Federal do Brasil.

¹⁰ Referimo-nos aos formadores de opinião, que utilizam a noção de revolução em sentido pejorativo, sinônimo de revolta, perturbação, bagunça. Como exemplo, temos a ignorância de Revista Veja, especialmente em sua edição de número 1.648, ano 33, n. 19, do mês de maio de 2000, p.44, que relata que o MST modificou seus objetivos em relação à Reforma agrária. Segundo a revista, “o MST não quer mais a terra. O movimento quer toda a terra, quer tomar o país por meio da revolução e, feito isso, implantar por aqui um socialismo tardio”.

brasileiro tem e que opta por exigí-los no lugar de recorrer à esmola e caridade.

De fato, a proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária apresentado ao Governo Lula em 2003, considerou os 109 milhões de hectares improdutivos no Brasil, dos quais 86 milhões de terras são devolutas/griladas cadastradas no INCRA, há entre 2,5 a 5 milhões de famílias demandando terra; 171.000 famílias acampadas; e 830.000, no Banco da Terra – quanto a isso, constitucionalmente o INCRA está obrigado a fazer Reforma agrária¹¹.

A demanda é explícita e potencial, sendo que, pelos cálculos para assentar 1 milhão de famílias, seria necessário desapropriar 35 milhões de hectares dos 109 milhões que há.

Não obstante, na atualidade, a luta do MST responde pela implementação de 30% dos assentamentos de Reforma agrária no Brasil. O conjunto de medidas estruturais que o MST aponta como necessárias para a consecução da Reforma agrária responde, segundo Oliveira (2003), a duas naturezas: fundiária e político-agrícola. As medidas estritamente fundiárias são aquelas por meio das quais se expropriam os grandes latifúndios, e se redistribuem as terras entre os trabalhadores, permitindo-lhes o acesso a terra. As medidas próprias da política agrícola em geral seriam as encaminhadas a dotar estes trabalhadores assentados de condições financeiras para que possam produzir nas suas terras. Isso requer cobrir inicialmente a parte relativa à produção em si e, na seqüência, o conjunto de necessidades que as famílias têm desde a melhoria da sua qualificação profissional etc.

Além dos outros tantos objetivos do MST, um dos que são fundamentais pauta-se

pelo direcionamento de uma mudança radical da sociedade, enfatizando a amplitude das suas dimensões políticas, muito além da questão da

*para assentar 1
milhão de
famílias, seria
necessário
desapropriar
35 milhões de
hectares dos
109 milhões
que há*

terra. Por isso, uma vez que a sua consolidação e territorialização como organização de trabalhadores sem terras prima pelo combate à apropriação ilegal da terra, expropriação e exploração dos trabalhadores, a sua proposta é

mais ampla. Existe no seu ideário, como colocamos, a ânsia de mudar não só as condições objetivas que estão postas, mas também as subjetivas, como se deduz pelas palavras de João Pedro Stédile, em entrevista a Débora Lerrer (2003):

Queremos mudar a sociedade, queremos um novo modelo agrícola, queremos uma sociedade onde todos tenham trabalho. Nós sabemos que essas mudanças não são obtidas só com a posse da terra. Quando dizemos que o modelo de reforma agrária necessário não se relaciona mais só com terra, muitos ficam bravos. Nós queremos agroindústria, escola, um novo pacote tecnológico. Ah...então vocês estão politizados! Não, somos burros ... Isso é a leitura tucana da ideologia da elite. Ela reflete o preconceito de que pobre pode lutar pelas suas necessidades básicas, mas não pode ter ideologia. É um preconceito ideológico e é uma humilhação, pois só porque a pessoa é pobre de bens materiais não tem direito a pensar em outras coisas? Não tem direito a disputar uma política? Então o título de eleitor é só para você votar, mas não para discutir projeto com a sociedade? No fundo, esse mesmo preconceito revela a forma como as elites

¹¹ Maiores detalhes dessas informações estão na Proposta do Plano Nacional de Reforma agrária elaborada pela equipe técnica do Professor Plínio de Arruda Sampaio. (SAMPAIO, et al., 2003, p.42-43).

fazem política. Só eles podem decidir os destinos do país. Os pobres são para trabalhar. (p.157).

Para Stédile, o projeto de sociedade do MST não é outro senão o seu próprio método. Assim, projeto e método se tornam a mesma coisa: a produção de uma sociedade, portanto, de um espaço, baseado na justiça social. Porém, tanto método quanto projeto têm que ser construídos num amplo processo de organização, mobilização e debate com a maioria da sociedade.

Não obstante, a organização e mobilização da classe trabalhadora no campo é plural. Ou seja, além dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) e do próprio MST, existem outros grupos sociais de organização dos trabalhadores que reivindicam a concretização da Reforma agrária, como já foi colocado. As formas de luta, atreladas ao ideário político, definem cada um dos Movimentos. Assim, a “ocupação” como ferramenta política é contestada pelos Movimentos mais próximos da Social Democracia, como a UNITERRA e o MAST, no Pontal, ou os movimentos liderados por Igrejas Evangélicas defensoras do “sagrado” direito da propriedade, como a Assembléia de Deus, caso também do MAST, no Pontal.

Tendo em vista que o MST surge da lógica desigual do modo de produção capitalista e que, por meio das ocupações, a contesta, a existência de cada vez mais movimentos que se contrapõem à ação política da ocupação fragiliza paulatinamente a capacidade organizativa de trabalhadores no campo do MST. De outro lado, a efervescência de formas de contestação no campo, sob

o MST surge da lógica desigual do modo de produção capitalista

diferentes bandeiras, faz com que a luta pela Reforma agrária esteja cada dia mais forte e presente na agenda política do país, o que implica contribuir com os objetivos de luta do MST.

Por essa e outras razões, o MSLTRA é construído a partir de lutas isoladas e do acúmulo de contradições da sociedade do capital. A nossa atenção volta-se agora para essas circunstâncias no Pontal do Paranapanema, território de conflito e mobilização social pela Reforma agrária sob distintas bandeiras.

Formação e lutas do MST no Pontal do Paranapanema

Pode-se afirmar que o mundo do trabalho, e a sociedade de maneira geral, têm se caracterizado historicamente por uma forma de arrumação espacial específica. (Antonio Thomaz Júnior)

Na arrumação espacial específica, que coloca Thomaz Júnior (2002), inserimos a chegada do MST na região do Pontal do Paranapanema. Ela foi, antes de qualquer coisa, um impacto na estrutura agrária da região dominada pelo latifúndio.

Foi a partir da década de 1990 que os acampamentos e assentamentos rurais entram em cena, modificando a dinâmica territorial da região. No atual estágio de desenvolvimento da nossa pesquisa, há no Pontal um total de 76 assentamentos de Reforma agrária, que representam 6.000 famílias assentadas (MST, 2004), e 24 acampamentos que reúnem mais de 8.732 famílias¹² na espera de um lote de terra. Sendo que desse total, 7082 são famílias acampadas do MST (Figura 3).

Nesse contexto, o Estado, representado pelo Instituto de Terras de São Paulo (ITESP)

¹² Dados obtidos por meio de Trabalho de Campo realizado pela equipe de pesquisa até abril de 2004, e das fontes de consulta: CPT, 2003; ITESP, 2000; O Imparcial; Folha de São Paulo; Diário de São Paulo.

e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA), junto com o Poder Judiciário, comparece como mediador do conflito no sentido de desenvolver políticas paliativas e punitivas¹³, para amenizar o conflito, e de fato, para amparar a morosidade do processo de desenvolvimento de reforma agrária no Pontal, desenvolvimento esse iniciado pelos MSLTRA por meio das ocupações de terras devolutas e improdutivoas.

A ocupação das terras do Pontal se deu por uma forma bastante confusa, em nome do

configuração do Pontal como uma região de grandes latifundiários

desenvolvimento o territorial.

Esse desenvolvimento o consolidou o que chamamos hoje de apropriação social do território por uma elite latifundiária que

domina política e economicamente esse território ocupado, tendo como premissa o poder sobre a classe trabalhadora, a partir das relações sociais e políticas conveniadas com o Estado. São relações políticas historicamente construídas e que determinam essa territorialidade em diferentes extensões: os

latifúndios improdutivoas, os lugares de poder. As práticas de apropriação social do Pontal do Paranapanema, ou seja, a venda de glebas e a omissão do processo gritante de grilagem¹⁴ provocou as ações dos MSLTRA. Para Leite (1998), essa

confusão *foi* gerada em processos de vendas de glebas de terras [...], em decorrência do desenvolvimento do território e, em consequência da localização dos acidentes geográficos, sobretudo dos rios, suas nascentes, etc. (p. 34).

Essa busca constante pelo desenvolvimento sectorial, que não era outro senão o desmatamento para a pecuária, implicou a configuração do Pontal como uma região de grandes latifundiários; logo, uma região de intensos conflitos agrários em função da significativa concentração de terras devolutas. Segundo os dados do MST, existem no Pontal 1 milhão de hectares de terras devolutas e griladas. Essa quantidade de terras ociosas faz da região um dos principais focos de luta pela Reforma agrária.

Nesse contexto, a implementação de assentamentos e o constante surgimento de acampamentos territorializa a luta do MST, fortalecendo a sua presença na região a partir da década de 1990. Para Leal (2002):

A luta pela terra no Pontal do Paranapanema foi realizada por posseiros, atingidos por barragens, desempregados urbanos e rurais. Dessa forma, os movimentos sociais na luta pela terra vêm-se organizando e ocupando os latifúndios, reunindo trabalhadores marginalizados, excluídos, como ocorreu na ocupação dos latifúndios Tucano e Rosanela

¹³ Chamamos medidas punitivas, principalmente, a MP nº 2.183-56, de 2001, baixada por Fernando Henrique Cardoso, como Presidente da República. Essa MP determina que todo imóvel rural invadido por conflito agrário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação e também será excluído do Programa de Reforma agrária do governo federal quem for efetivamente identificado como participante em conflito agrário que se caracterize por invasão. Essa, portanto, é uma forma que os governos têm de criminalizar o ato político da ocupação de terras improdutivoas que não cumprem a Constituição. Dizemos “governos”, porque até hoje, o governo de Lula não se manifestou contrário a essa MP. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

¹⁴ Por “grilagem de terras” se entende uma prática declaratória de posse de terras por meio de escriturações, em livros existentes em paróquias, feitas pelo próprio vigário e assinadas pelo interessado ou seu procurador e por algumas testemunhas. Era “Registro Paroquial” ou “Registro do Vigário” (LEITE, 1998, p.36). Mas procede também a idéia de ilegalidade da legitimação da posse por meio ilícito do envelhecimento de documentos, entre outros artifícios.

em 1983 por aproximadamente 350 famílias no município de Euclides da Cunha Paulista. (p. 58).

Também Fernandes (1996) aponta que “O MST realizou sua primeira ocupação na região do Pontal do Paranapanema, no dia 14 de julho de 1990. Nesse dia, setecentas famílias ocuparam a Fazenda Nova Pontal no distrito de Rosana [...]” (p. 162).

A partir de então, e durante toda a década de 1990, os conflitos entre latifundiários e trabalhadores se agravaram, dando lugar a uma onda de violência que se perpetua no Pontal sob diferentes formas, desde os jagunços nas porteiras até a criminalização de ações e militantes dos MSLTRA.

Com isso, queremos destacar que, no processo de luta na região, não atua apenas o MST. A presença de outros movimentos também dá significado a essas ocorrências. Tais movimentos surgiram a partir da formação e territorialização do MST, e são resultado da diversidade em que vivemos, como destaca Stédile (2003):

*A ocupação,
como vemos,
outorga o
poder da
identidade ao
MST*

[...] O MST não perdeu espaço. Faz parte da diversidade ideológica que há na sociedade, da diversidade cultural, do tamanho continental que é nosso país. Você pode pegar todos os documentos do MST desde 1984 e ver que nós nunca sonhamos nem queremos, nem devemos ter o monopólio da organização dos trabalhadores no campo. O que nós defendemos é que só há uma saída para eles: é se organizarem e lutarem por seus direitos. Não precisa ser o MST (Stedile apud Lerrer, p.154).

No Pontal do Paranapanema, a efervescência de pequenos movimentos locais,

independentes, iniciou-se também a partir da década de 1990. Chama nossa atenção o Movimento do Agricultores Sem Terra (MAST), que surge em 1998 e se constitui como a dissidência político-ideológica do MST mais organizada e de maior presença na região. Seu posicionamento contesta a forma de apropriação do espaço no processo da luta do MST.

A ocupação, como vemos, outorga o poder da identidade ao MST, mas também o divide internamente. Cabe analisar se isso fragiliza ou não a sua luta.

Rachas e dissidências do MST no Pontal de Paranapanema

...todos os conflitos da história têm a sua origem na contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio (Marx e Engels)

A luta pela Reforma agrária se fragmenta no Pontal em diferentes movimentos sociais¹⁵

¹⁵ Em linhas gerais, entendemos como movimentos sociais do campo todos os grupos sociais com práticas reativas que se dizem contra a opressão, pauperização e a miséria dos trabalhadores camponeses. Nas entrevistas ao longo dos trabalhos de campo, vimos essa atitude em todos os trabalhadores entrevistados (tanto trabalhadores do MST, quanto do MAST), mas tais grupos sociais se diferenciam por sua capacidade de mobilização e de organização em sua estrutura. Por exemplo: o MST se instaura a partir da estrutura organizativa descrita por FERNANDES (1996, p. 83). Esse movimento está sustentado na seguinte base estrutural: Congresso Nacional, Encontro Nacional, Coordenação Nacional, Direção Nacional, Secretaria e Setores Nacionais: 1 – Relações Internacionais, 2 – Secretaria Nacional, 3 – Sistema Cooperativista dos Assentados, 4 – Frente de Massa, 5 – Educação, 6 – Formação, 7 – Comunicação, 8 – Finanças, 9 – Projetos. A organização do MAST e os demais movimentos denominados agregados do MAST (Figura 4), ainda não têm uma estrutura organizativa comparada com a do MST, mas, entende-se que tal estrutura é conquistada a longo prazo e é constituída pelas práticas cotidianas, bem como os vínculos e a interlocução com as instituições políticas e a própria sociedade. Portanto, vemos o MAST também como um movimento social em construção, pois sua luta tem

locais, alguns deles de atuação não superior à escala municipal. São os denominados movimentos isolados, os quais, para Fenandes (2001), se caracterizam pela forma de organização dos grupos de famílias, sobre uma base territorial determinada: “os movimentos isolados se organizam em um município ou conjunto de municípios para efetivar uma ocupação, podem ser resultado de dissensões de movimentos socioterritoriais” (p.64).

Todavia, a sua base territorial está limitada pela ação do movimento. Se superarem essa condição, tais movimentos podem transformar-se em um movimento territorializado ou organização territorializada, o que implica a capacidade de organizar ações para além da sua base territorial de origem. Essas tentativas de inserção territorial do MAST no território do latifúndio capitalista nada mais é do que uma repercussão do tratamento que o capital condiciona para controlar a esfera organizativa do movimento em suas tentativas de territorialidades. Falamos aqui do controle dos processos sociais no sentido de alienar politicamente os agentes sociais do movimento para manter seu raio de ação política, limitado pelas atitudes, denominadas pelo movimento de democráticas, já que presentes nas formas de ocupação deste movimento. Esse contexto nos coloca na crença de centrar nossas críticas na direção do metabolismo do capital, como lembra Thomaz Junior.

Parecer-se-ia que a evolução dessa mobilização segue a seqüência: movimento isolado - movimento territorializado - organização social territorializada. Isso implica que todo movimento social territorializado nasce de um ou mais movimentos sociais isolados. Porém, nem todo movimento social transforma-se em movimento territorializado

articulação política como PSDB e a SDS. Isso é o que formata sua identidade, mesmo sendo um movimento criado no seio de um governo combatente aos movimentos sociais no campo brasileiro, governo de Fernando Henrique Cardoso.

e, por conseguinte, não necessariamente numa organização social territorializada.

Os passos de uma instância a outra se dão em função da sua forma de organização sócio-política e espacial, ou seja, por meio dos processos geográficos de espacialização e territorialização. Assim sendo, a espacialização do movimento isolado de base municipal como o UNITERRA (Figuras 4 e 5), no Pontal, implica o dimensionamento do seu espaço de sociabilização política; porém, suas ações não superaram ainda a sua base territorial de origem. Em contrapartida, o MAST, também no Pontal, se territorializa em outros estados brasileiros, superando essa base inicial, da mesma maneira que o MST. Esse último, mediante a implementação dos assentamentos, configura a sua territorialização, sendo que “entre o tempo de acampamento e assentamento, desenvolve-se o processo de espacialização” (FERNANDES, 2001, p.80). Disso deriva que os processos de espacialização e territorialização são

*nem todo
movimento
social
transforma-se
em
movimento
territorializado*

interativos, já que “a espacialização cria territorialização e é reproduzida por esta” (2001, p.69).

O passo de movimento territorializado a organização social territorializada é uma questão em aberto. A propósito disso, referimo-nos à necessidade de levantarmos questionamentos acerca do sentido e significado que o MST tem hoje na trama social e política do país. Como foi lembrado pelo professor Oliveira¹⁶, na década de 1980 e

¹⁶ Durante Seminário de Doutorado no curso de Pós-Graduação em Geografia, da FCT/Unesp, segundo semestre de 2003.

1990 os depoimentos das lideranças e intelectuais simpatizantes com o MST definiram-no como um movimento social; hoje, nas mesmas falas, se apresenta o movimento como Organização Social. Não há dúvida da origem do MST como movimento social, porém a sua história fez, da sua ação e mobilização conjunta, uma Organização. A dimensão política dessa mudança é mais um dos questionamentos colocados, e cabe à pesquisa registrar as suas implicações. Como diz Martins (1993):

Organização social é sempre estruturada [...] já os movimentos sociais nascem em cima de questões a resolver. A durabilidade de uma organização é muito maior que a durabilidade de um movimento social. O movimento nasce mais ou menos espontaneamente. O movimento é mais flexível do que a organização, mais aberto e participativo. (p.105).

Contudo, observamos que tal diversidade de “estágios” na mobilização social dos trabalhadores reflete um território em disputa permanente, como é o Pontal do Paranapanema.

Na Figura 4, estão presentes as diversas instâncias organizativas que atuam na região. Nela, observamos que, além do MST, movimento mais antigo e de maior presença no Pontal, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) também está presente na região. A CPT esteve ausente durante muito tempo e retomou a sua articulação no Pontal, colaborando junto com o MST no ano de 2004, graças à simpatia do novo Bispo da Arquidiocese de Presidente Prudente, Dom José Maria.

A entidade tem como matriz teórica a Teologia da Libertação e está vinculada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

(CNBB). Seus princípios estão voltados às causas dos trabalhadores no campo, que se organizam por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e dos Movimentos de Educação de Base (MEB's). Conta também com um imenso banco de dados voltados para o levantamento dos conflitos e da violência no campo, trabalho que contribui para a conscientização e estado de alerta da sociedade ante o conflito fundiário.

A União dos Trabalhadores Sem Terra, UNITERRA, também mobiliza trabalhadores no município de Presidente Epitácio. A entidade é resultado de um desdobramento do MAST, que por sua vez nasce da dissidência política do MST. A UNITERRA é, segundo seus fundadores, uma coligação de forças de apoio ao MAST. Os movimentos desagregados do MAST que aparecem na Figura 3, segundo uma das suas lideranças, são estratégia de luta do próprio MAST:

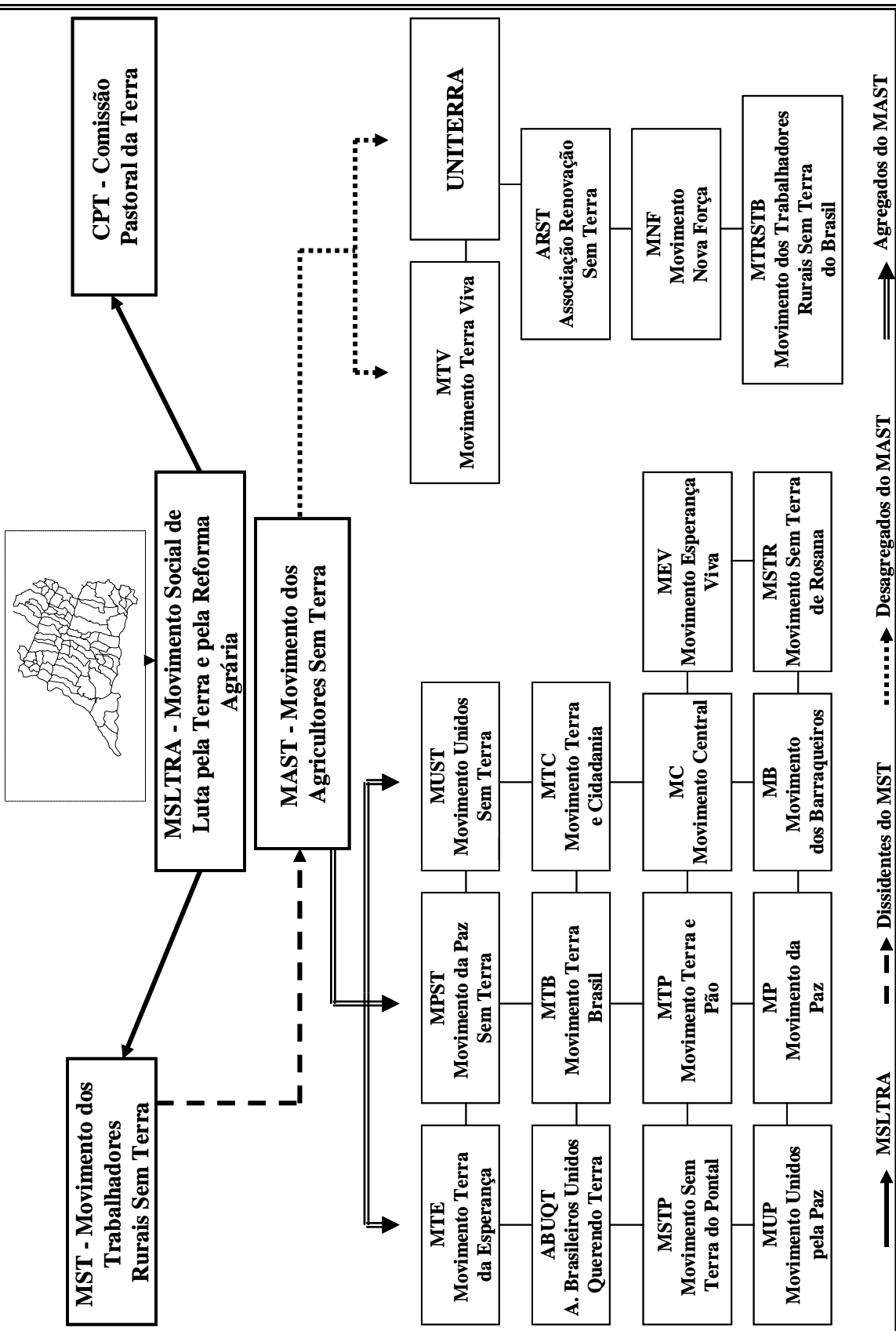
(...) o MAST está “carregado” por causa das ocupações, inclusive os “meninos” estão presos. A UNITERRA é uma bandeira que substitui o MAST, caso o movimento não possa mais ocupar terras. (Liderança do MAST, em entrevista telefônica, 28/06/2004).

O MNF, ARST, MTRSTB e MTV são bandeiras de luta desagregadas do MAST pelos mesmos motivos que o UNITERRA, segundo a coordenação do MAST. Isso implica o apoio ao movimento.

Por outra parte, surgiram na região, entre 1995 e 2002, 14 movimentos que foram se agregando à estrutura organizativa do MAST, a partir da sua gênese, em 1998. Isso o converteu no segundo movimento dessa natureza, quanto a número de militantes, ocupações e acampamentos no Pontal.

*surgiram na
região, entre
1995 e 2002,
14
movimentos*

FIGURA 4 - FRAGMENTAÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA - SP - 2004



Fonte: Fernandes 1996; ITESP, 2000; Feliciano, 2003; Leal, 2003; Trabalho de Campo 2004 e CPT, 2004. Org. Lima, E.C. de. e Franco. M.G.

Gênese do Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra (MAST) no Pontal do Paranapanema

O MAST foi formado com o apoio de alguns trabalhadores rurais da região a fim de disputar espaço de luta pela terra com o MST. Com esse propósito, une-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosana, com subsede em Primavera, com a Central Social Democrata denominada Social Democracia Sindical, com sede em São Paulo, ligada ao PSDB, e promovendo, em 19 de março de 1998, no município de Rosana, o I Encontro de Lideranças da Região. Nesse momento da reunião de acampados e lideranças de movimentos locais, majoritariamente dissidentes do MST, ficou instituído, por meio de um estatuto social e de uma carta de princípios, o MAST.

Nesses documentos¹⁷, recolhidos no Encontro do dia 19, do qual tivemos oportunidade de participar, aparecem os elementos centrais do movimento, que não diferem da direção que os Governos brasileiros, até a data, têm assumido perante a questão agrária no país, quais sejam:

- defesa de um sistema político de caráter liberal-democrático, isto é, com voto, partidos políticos livres, direitos políticos amplos e intransferíveis;
- defesa de um sistema econômico baseado na existência do mercado.

Diante disso, a postura do MAST se fortalece e o movimento passa a compartilhar as políticas de caráter liberal-democrático que monopolizam o pensamento e a ação política em nível nacional.

Além disso, entre as propostas¹⁸ do MAST se destacam:

- a integração da política de Reforma agrária comum à política de desenvolvimento rural;
- assistência técnica condizente;
- fomento ao cooperativismo para viabilizar a produção familiar em um mercado intensamente competitivo. A cooperativa serve de vetor para a incorporação de tecnologias de captação de crédito e de comercialização de produtos, por meio de organizações como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e das Organizações Estaduais de Cooperativas (OECs);
- o fomento ao sindicalismo rural;
- definição de papéis institucionais para o planejamento e implementação de projetos de habitação, saneamento, eletrificação e transporte para os assentamentos rurais;
- uma emancipação criteriosa dos assentamentos de Reforma agrária;
- planejamento da Reforma agrária. Os assentamentos devem ser considerados como unidade de produção, voltados para o mercado, integrados à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional.

O MAST foi formado pela articulação de ex-integrantes do MST que, por divergências ideológicas e posturas políticas diferenciadas, formaram o movimento estruturado inicialmente no “princípio democrático da ocupação de terras”, combatendo assim a postura do MST de ter como princípio fazer a reforma agrária a partir da ocupação. Nos depoimentos das lideranças que coordenaram o Encontro em Rosana, destacam-se as declarações de desavenças com o MST: não concordavam com “as posturas violentas que este último movimento adota na invasão na propriedade dos outros”.

Esse afrontamento não se encerra nas diferenças político-ideológicas; vai muito além, quando entra no campo dos rachas e

¹⁸ Apresentadas na Carta de Princípios do movimento.

desuniões, partindo de facetas agressivas como foram as considerações e depoimentos de seus líderes no momento da Assembléia de formação do I Encontro em Rosana:

Eu quero dizer a vocês que nós somos dissidentes, levantamos a primeira bandeira de dissidentes do MST aqui na região. Através da imprensa disseram um monte de nós, até nos ameaçaram, fomos vítimas de diversas emboscadas justamente por isso. Mas nós vamos provar para eles que não éramos bandidos não. É justamente pelo fato de nós estarmos sendo dirigidos e coordenados por bandidos. E nós queríamos uma reforma agrária justa, uma reforma agrária transparente e não ser massa de manobra de ninguém, e não usufruir o direito de ninguém. (MAST, 1998).

Esse depoimento nos permite compreender a origem do processo de divergências político-ideológicas existente entre os líderes do MST e o MAST. No momento da fala do ex-líder do Movimento Esperança Viva este acusa diretamente não somente o MST nas suas formas de agir, como também, as diferenças pessoais com os principais líderes do MST. Em seus depoimentos e desabafos ao longo de seu discurso, são explícitas as acusações de corrupção na organização do MST.

Esse tipo de afrontamento também faz parte do universo da luta. Aliás, o assentado e ex-líder foi expulso de seu lote pelo Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) e pelo Departamento de Assuntos Fundiários (DAF), acusado de depredação do patrimônio público.

Em outra fala, um outro ex-líder, também fundador do Movimento Esperança Viva, faz as mesmas acusações, ou seja, denomina o MST “movimento dos corruptos”.

Essas falas mostram como as lideranças, e também integrantes das bases, explicitam e fortalecem o processo de divergências na estrutura do Movimento Social de Luta Pela Terra e pela Reforma Agrária (MSLTRA). Conseqüentemente, há fragilização do

movimento como um todo em seu significado perante a sociedade e a imprensa, quanto ao projeto de Reforma agrária e ao enfrentamento com os latifundiários e setores burgueses dominantes:

Companheiros, eu e o companheiro Zoinho, nós somos fundadores de um grupo dissidente sem terra, que decidimos deixar aquele movimento de corruptos que é o MST...(*aplausos dos trabalhadores simpáticos a fundação do MAST*), porque nós estávamos sofrendo nas garras daqueles “gaviões”, desde 1.990 início de 91, aonde nós só perdemos e não ganhamos nada. (Liderança do MAST no Pontal de Paranapanema)

A idéia de repúdio ao MST não se limitou apenas aos responsáveis pela representação e institucionalização do MAST. Trabalhadores presentes na plenária do ato de institucionalização desse movimento se manifestavam de várias formas contra a ação do MST no Pontal do Paranapanema: cada um deles tinha uma história para contar. Essa postura de repúdio ao MST também foi constituída ao longo das entrevistas que realizamos

enfrentamento junto aos
com os trabalhadores,
latifundiários e individualmente
setores ao longo dos
burgueses últimos dois
dominantes anos.

Dos participantes do Encontro, estavam presentes também representantes da Social Democracia Sindical (SDS), representantes Sindicais Rurais (STR's) locais, partidos políticos, especialmente lideranças do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Em entrevistas posteriores, a ideologia que permanece nos trabalhadores ao longo da trajetória do MAST é traduzida pelo repúdio às formas que o MST adota para ação da luta pela terra e pela Reforma agrária no Pontal do

Paranapanema, especialmente quanto às ocupações de latifúndio por formas radicais, utilizando-se em muitos casos de resistência para com a própria polícia, independentemente das conseqüências geradas.

Segundo o líder do MAST, Senhor Lino de Macedo¹⁹, fazem parte do seu controle todos os movimentos dissidentes do MST, ou seja, essas entidades fazem parte de uma só associação. O MAST é a unificação de todos os movimentos sociais independentes e dissidentes do MST, tornando-se o núcleo das diretrizes que comanda, tais entidades, juntamente com o apoio político do PSDB, e também com o apoio dos STR's da região, contemplando a SDS:

*contradição
direta com a
luta pela
Reforma
agrária*

E nós fundamos nosso grupo, Esperança Viva, e hoje morre esse nome aqui no Pontal e que vai morrer também todos os nomes dos outros grupos, dos outros movimentos e que passa a ser agora o MAST... que nasce hoje dia 19 de Março de 1.998, movimento com apoio da SDS. (Liderança do MAST no Pontal de Paranapanema).

A Figura 5 mostra os movimentos agregados e dissociados do MAST, assim como sua localização por municípios no Pontal do Paranapanema. Como observamos anteriormente, os movimentos agregados são aqueles que fazem parte da estrutura organizativa desse movimento, ou seja, 14 movimentos que surgiram entre 1995 e 2002 e que se juntaram ao MAST, após sua gênese, em 1998.

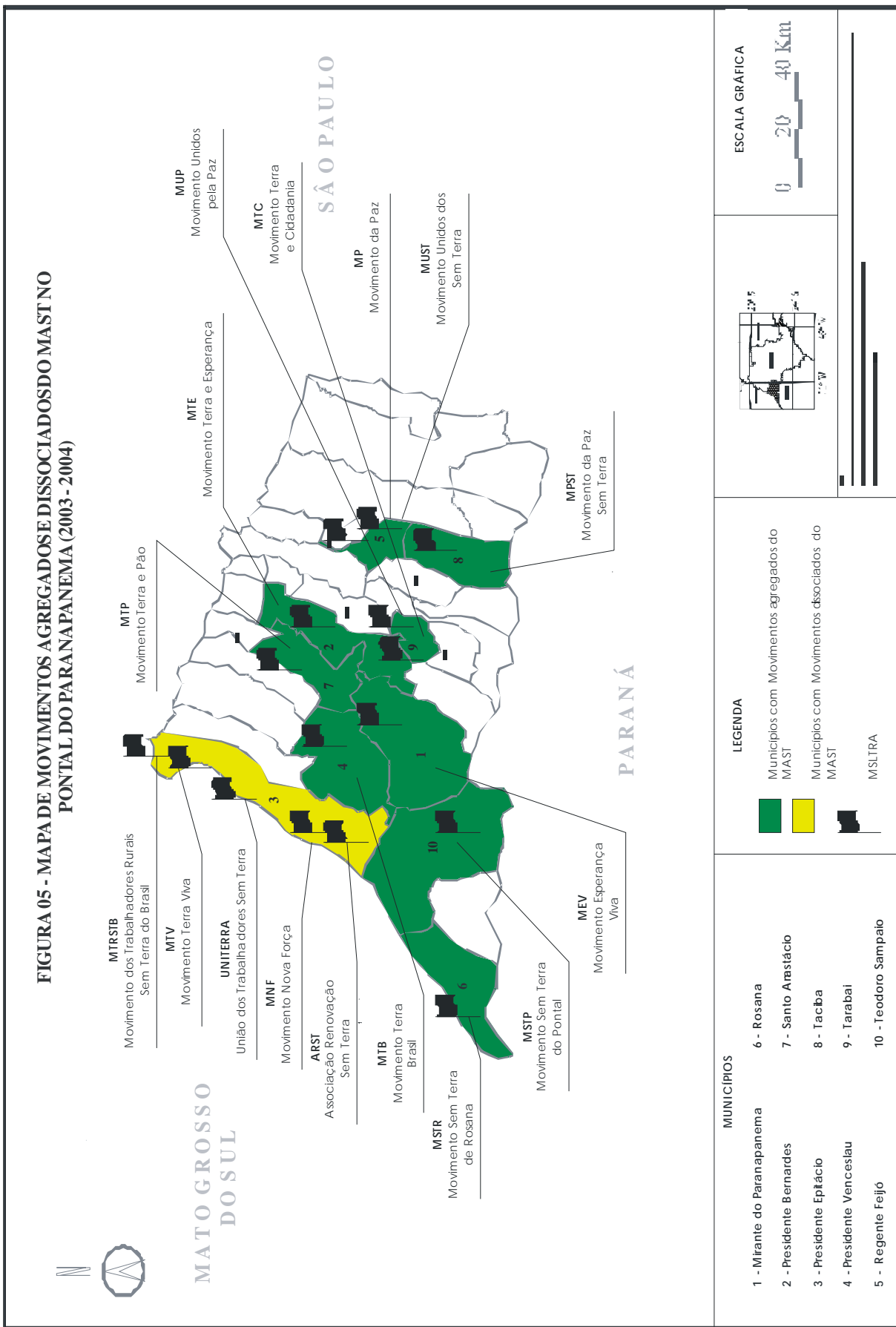
¹⁹ Nesse momento, junho de 2004, se encontra, junto com quatro membros e lideranças do MAST no Pontal de Paranapanema, em prisão, todos acusados de formação de quadrilha, roubo, furto, porte ilegal de armas, cárcere privado e dano.

Quanto aos movimentos que são dissociados do MAST, Figura 4, existem apenas no município de Presidente Epitácio. Diferenciam-se pela estratégia de luta, isto é, dão apoio e fortalecem a luta do MAST e não são dissidentes, entendendo a dissidência como a cisão político-ideológica. Esse apoio é dado quando se pretende fazer uma ocupação e não há contingente pessoal necessário para a ação mobilizatória. Nesse caso, há uma reunião com os trabalhadores dos grupos: MTRSTB, MTV, UNITERRA, MNF e ARST. A partir daí se procede à ocupação.

Outro motivo dessa estratégia é a saturação do MAST, segundo suas lideranças. Tal saturação se refere à perseguição policial dos militantes e à constante presença do MAST na mídia. Ainda de acordo com a coordenação, a criminalização que o movimento está sofrendo já custou, em diferentes ocasiões, mandados de prisão para seus integrantes.

Outro elemento com que se embate o MAST é o oportunismo que alguns dos seus membros professam para promoverem-se em postos políticos, principalmente como vereadores e outros cargos públicos de caráter administrativo. Esses militantes se utilizam da estrutura de base do movimento como eleitorado garantido.

Tais questões são reflexos do conjunto de contradições sobre o qual se edificou o MAST. Com isso referimo-nos aos elementos que caracterizam esse movimento e que os situam em contradição direta com a luta pela Reforma agrária travada por inúmeros trabalhadores no Brasil, especificamente na antípoda dos trabalhadores sem terra do MST. Esses elementos são em primeiro lugar, a sua identidade com a Social Democracia; em segundo, a auto-definição como movimento pacífico; e, em terceiro, a sua estrutura estatutária.



A base social-democrata do MAST o converte em um movimento que não atenta contra o princípio da propriedade privada da terra, sem levar em conta o uso social da mesma. Disso deriva o segundo elemento: entender a ocupação de terras devolutas e/ou improdutivas como um ato de violência e não como uma ação de luta política, o que significa não atentar contra a lógica capitalista do espaço baseada na produção coletiva do mesmo e na sua a apropriação privada.

Por último, a contradição se coloca na própria existência do “Estatuto Social” do movimento, o qual, segundo Feliciano (2003),

(...) tira totalmente o caráter essencial de um movimento social, fixando leis, regras e comportamentos. O próprio conceito de movimento traz intrinsecamente, a dinamicidade, a ação, a liberdade de agir em todas as direções etc. Fechar os caminhos e impor certos direcionamentos é a pura contradição de um movimento social. (p.181)

Em função dessas características e levando em consideração os depoimentos das lideranças do MAST, podemos afirmar que o movimento surgiu na região do Pontal como oposição ao projeto do MST, enfatizando a possibilidade de uma alternativa na luta pela terra que coibisse a ocupação de latifúndios. Isso fez com que a capacidade organizativa e de mobilização da classe trabalhadora do MST, na região, se reduzisse. Essa redução vem de mãos dadas com a identificação do MAST como não-violento, sendo, por outra parte, o MST a personificação dessa violência. Para muitos trabalhadores, inseridos no universo de conservadorismo rural, é exatamente esse o motivo de simpatia e militância no MAST, como se depreende das suas falas, ao ser

*o Governo
mesmo falou
que cada
município vai
a assentar seu
povo*

questionada pelos motivos que a levou a sair do MST e se aderir ao MAST:

(...) aqui é mais sossegado, nós não pensamos em mexer com aquela fazenda, nem em mexer em nada que é dos outros, cada um vive como pode, se tem diária trabalha, se não tem não trabalha [...] porque o Governo mesmo falou que cada município vai a assentar seu povo (Trabalhador rural do acampamento do MAST “Mário Covas”, no município de Euclides da Cunha Paulista).

O MAST é um movimento pacífico; não fazemos bagunça nem arruaça, não estamos aqui para baderna, queremos terras e com o apoio dos líderes vamos conseguir, com apoio do Lino e do Milton. (Trabalhadora rural do acampamento Santa Madalena do MAST, no município de Taciba).

O MAST é contraditório, porém nesse aspecto, já que o discurso não condiz com a sua prática. Assim, as mais recentes formas de ocupação do movimento em nada se diferenciam das do MST, como nos descreve, no trecho desta carta²⁰, a militante e acampada do MAST:

(...) dia 16 de maio, um dia muito importante para mim, vou participar de uma invasão. Não sei o que vou enfrentar, mas sei o que eu quero: ter alguma coisa, que lutei para ter algo para dar um belo futuro para meus filhos. Chegamos no acampamento, o povo nervoso, outros com uma confiança tremenda, todo mundo arrumando as suas coisas, o tempo desencorajou o povo – muito frio. Todo pessoal, só estava pensando nos capangas da fazenda. Saímos de Regente Feijó – SP, às 16:30 hs da tarde. Os colegas que mais diziam que iriam para a ocupação, foram os que “pularam fora”...A polícia passou a noite inteira vigiando, e só no outro dia é que fomos saber onde estávamos...e a TV estava nos filmando e foi

²⁰ Carta apresentada como exercício em sala de aula no Telecurso 2000, no ano de 2004 no município de Regente Feijó, sendo a acampada e o autor da pesquisa, aluna e professor de Geografia e História, respectivamente.

dando aquela adrenalina, porque estava chegando a hora da reintegração de posse, não fizemos nada com o gerente da fazenda, nem sequer vimos ele. Só vimos ele pela TV, falando barbaridades de nós. Demorou um pouco, veio um ônibus e um monte de carros da polícia cheio de policiais armados, eles fizeram uma barreira que só de olhar dava medo. Os líderes conversaram com eles. E aí o oficial de justiça, nos deu uma hora e meia para podermos sair em paz, e aí viemos embora. (Trabalhadora e aluna do Telecurso 2000 acampada no Santa Madalena, MAST, no Bairro São Sebastião, popular “Pito Aceso”, município de Regente Feijó).

Diante disso, como destacávamos anteriormente, se por um momento o MAST fragiliza o projeto político diferenciado do MST, por outro, ele acaba reproduzindo as mesmas formas de pressão social. Assim, paralelamente, a mobilização dos trabalhadores do MAST pela Reforma agrária fortalece a luta do MSLTRA no sentido de popularizar a questão agrária, colocando-a na agenda das lutas sociais no país.

Por meio da Figura 6, podemos observar como o MAST se territorializa na região do Pontal do Paranapanema, acampando em sete municípios, um total superior a 2250 famílias de trabalhadores. Essas marcas no território vêm se somando aos arranjos espaciais que historicamente foram construídos, e continuam em construção, pela classe trabalhadora no campo, questão que embasa nossa dissertação de mestrado em andamento²¹.

Referências bibliográficas

FELICIANO, C.A. O Movimento camponês rebelde e a Geografia da reforma agrária.

Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERNANDES, B.M. *A questão agrária, a pesquisa e o MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *MST Formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996, 285 p.

LEAL, G. M. *Impactos socioterritorial: um novo conceito de análise da geografia agrária*, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT/UNESP. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente – SP.

LEITE, Jose Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec, 1998, 202 p.

LERRER, Débora. *Reforma agrária caminhos do espaço*. São Paulo: Garçoni, 2003, 334 p.

MARTINS, J. S. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, J. S. *Reforma Agrária. O impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000, 173 p.

OLIVEIRA, A.U. *A Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1996.

SAMPAIO, P.A. ET AL., *PROPOSTA DE PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA*, BRASÍLIA, 2003, (MIMEO).

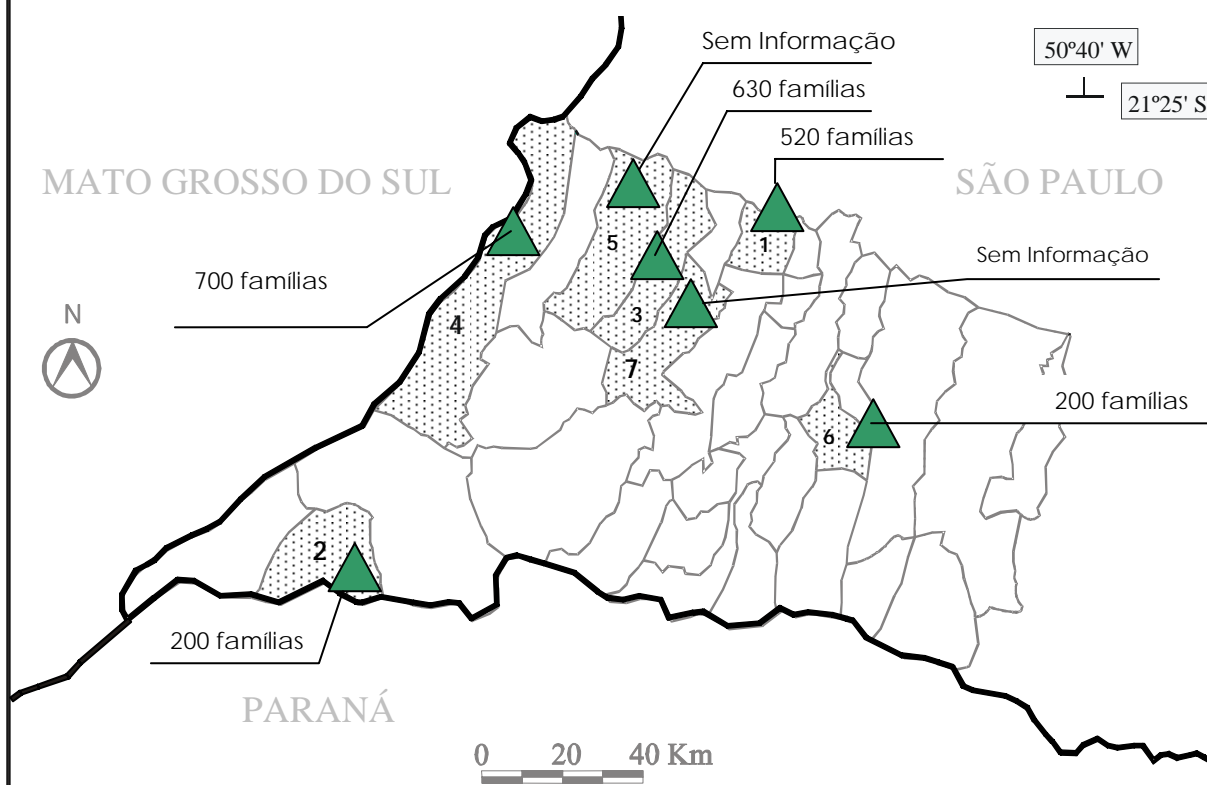
THOMAZ, JR. *Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil (uma contribuição à “leitura” geográfica do trabalho*. *Pegada*, v. 2, n. 2, 2001. Presidente Prudente, São Paulo. Disponível em: <www.prudente.unesp/ceget>.

WOOD, E. M. *A origem do capitalismo agrário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

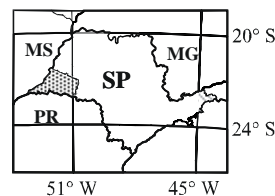
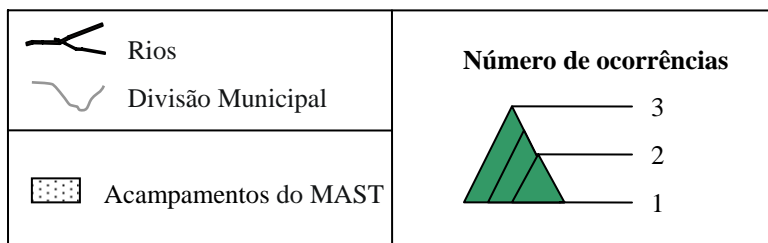


²¹ Intitulada Movimentos Sociais de Luta pela Reforma Agrária: Dissidências e Dinâmica Territorial no Pontal do Paranapanema, desenvolvida sob orientação do Prof. Antonio Thomaz Júnior (UNESP/SP) e co-orientação do Prof. João E. Fabrini (UNIOESTE/PR).

FIGURA 6 - MAPA DE ACAMPAMENTOS DO MAST NO PONTAL DO PARANAPANEMA - 2003 - 2004



LEGENDA



MUNICÍPIOS

- | | |
|-------------------------|--------------------------|
| 1 - Emilianópolis | 5 - Presidente Venceslau |
| 2 - Euclides da Cunha | 6 - Regente Feijó |
| 3 - Piquerobi | 7 - Santo Anastácio |
| 4 - Presidente Epitácio | |

Fonte: Relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2003 e Trabalho de Campo, 2003-2004

Organização: Edvaldo Carlos de Lima

Base Cartográfica: Leal, 2003

La territorialidad de los movimientos sociales que luchan por tierra y reforma agraria en el Pontal do Paranapanema

Resumen: Para comprender la movilización de la clase trabajadora en el campo, por dentro de la lucha y resistencia en la tierra en Brasil, es necesario entender dos fenómenos: el latifundio y los movimientos sociales rurales, siendo el primero la base propulsora del segundo. De forma específica este texto se centra en el diagnóstico de las discrepancias y disidencias de los Movimientos Sociales que Luchan por la Tierra y por la Reforma Agrária en la región del Pontal de Paranapanema, aproximándonos a sus implicaciones territoriales.

Palabras-clave: Movimientos Sociales; Reforma agrária; Disidencias.

Abstract: If we want to understand the mobilization of working class in the country side, in the Brazilian context of land struggle and resistance, we need to understand two facts; the *latifundia* and the rural social movements, understanding the first one as a motor of the second's. Particularly, our paper aims to diagnostic the discrepancies and dissidences of the Social Movements that Struggle for Land and Agrarian Reform in the Pontal de Paranapanema region, through their territorial marks.

Key-words: Social Movements; Agrarian Reform; Disidences.